

Discurso de homenagem ao Conselheiro Mário Torres*

Proferido pelo Senhor Professor Sérvulo Correia na sessão pública de homenagem ao Juiz Conselheiro Mário Torres, que teve lugar em Coimbra em 21.06.2011

COIMBRA | 2011.05.28

À luz do propósito que nos congrega, o local escolhido tem uma clara razão de ser: aqui estamos na verdade reunidos à sombra tutelar da *alma mater* do nosso homenageado: a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Nascido, em 1945, em Cabeceiras de Basto, foi nesta escola que, em 1968, concluiu a sua formatura o hoje Juiz-Conselheiro Mário José de Araújo Torres, a cujo percurso profissional paradigmático e excelentes qualidades rendemos homenagem.

Menos óbvia se afigura a motivação da escolha do orador que agora se vos dirige, designadamente, se se tiver em conta surgir ele a par de um vulto com a dimensão nacional e europeia do Senhor Conselheiro Cunha Rodrigues. Se não declinei liminarmente a honra por desproporcionada, isso se deve a ter entrevisto como explicação a minha dupla qualidade de académico e advogado, que permite contrair o tempo dedicado à oratória sem com isso deixar de fora um de dois fundamentais segmentos da comunidade aberta dos juristas, hoje aqui tão bem representada por tantas e tantos Colegas.

* O Conselheiro Mário Torres, co-fundador do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e seu primeiro presidente de Direcção, foi co-fundador e segundo Director da Revista do Ministério Público (sucendendo, neste cargo, ao primeiro Director, Artur Maurício). Através da publicação deste Discurso, amavelmente permitido pelo seu Autor, a Revista do M^oP^o associa-se à justa homenagem realizada.

De 1970, como delegado do Procurador da República na Ilha de São Jorge, até 2009, quando cessou as funções de Juiz do Tribunal Constitucional, Mário Torres percorreu uma escala ascendente, na qual se compreende um naipe de cargos integrativo de uma exponencial carreira de magistrado: Delegado do Procurador da República e Juiz de Direito em diversas comarcas, Procurador da República na Relação de Lisboa, membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, representante do Ministério Público no Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro, primeiramente, do Supremo Tribunal Administrativo, depois, do Supremo Tribunal de Justiça e, por fim, do Tribunal Constitucional. É caso para dizer que, nesse cursus honorum, as únicas funções que não conheceu pelo exercício directo foram as de juiz-desembargador num Tribunal de Segunda Instância, o que se explica por ter ocupado, na altura em que as poderia ter desempenhado, elevadas funções na magistratura do Ministério Público, que já prenunciavam (e o preparavam para) um exercício da judicatura suprema particularmente orientada para as questões do Direito Constitucional e do Direito Administrativo.

À escala humana, trinta e nove anos compõem uma jornada já de si longa. Mas quando - como sucedeu - ela se faz em tempo de rápida mudança, a dimensão cronológica potencia-se e, ao contemplar o passado, o caminhante quase diria ter vivido não uma mas várias vidas. Entre 1970 e 2009, o Mundo e Portugal mudaram vertiginosamente e tão visível foi a metamorfose que parece indiscutível a passagem a uma nova idade histórica. No nosso País, vivemos o fim do Império, a queda de uma ditadura longa de décadas, a instituição, pela primeira vez, de um verdadeiro Estado de direito democrático, a adesão àquilo que é hoje a União Europeia e, por fim, a consciência da insustentabilidade dos nossos já de si modestos níveis de consumo per capita e de protecção social. Quando, por outro lado, olhamos para o que se